

## **Governo Regional é o responsável pela má gestão da quota de atum patudo e pelos prejuízos causados aos pescadores**

Gualberto Rita responsabilizou, esta sexta-feira, o Governo Regional PSD/CDS/PPM pelo fecho da pesca do atum patudo, devido à “péssima gestão que fez da quota disponível para os Açores, tal como aconteceu em 2023”.

O deputado socialista reagiu assim ao anúncio por parte da Direção Regional das Pescas, salientando que o Governo Regional foi “lento” a implementar o plano de gestão desta espécie, o que “condicionou as alternativas de pesca da maioria das embarcações Açorianas”, levando a uma “diminuição significativa dos rendimentos dos armadores e pescadores”.

Gualberto Rita lembrou que o Partido Socialista “alertou em diversas ocasiões para má gestão que vinha sendo feita da captura desta espécie” e “as implicações que isso teria”.

“Mais uma vez o Governo foi inoperante, impôs tardiamente medidas quando a quota já se encontrava praticamente esgotada e o resultado é que os pescadores se encontram agora, em início de maio, privados de capturar esta espécie, num momento em que tem grande valor”, frisou.

O deputado socialista destacou os “desafios significativos” que os pescadores dos Açores têm enfrentado nos últimos anos, destacando que a “forma desajustada e tardia como este Governo tem gerido a quota de atum patudo”, criando “grande instabilidade no setor”.

“Não foram tomadas medidas concretas para estabilizar os preços do atum patudo, nem para proteger os interesses económicos dos armadores e pescadores Açorianos”, salientou o socialista.

Gualberto Rita recordou que o Governo “tem conhecimento da quota de atum patudo para 2024 desde novembro de 2023 (2.247 toneladas para Açores e Madeira)” e que as associações do sector alertaram este Governo em dezembro passado para a necessidade de implementar medidas de gestão para evitar o que aconteceu em 2023”.

“O fecho desta pesca vai trazer graves prejuízos para as embarcações que se dedicam a estas espécies, porque vão ter de parar e aguardar até iniciar a safra do atum bonito, que tradicionalmente se inicia em julho”, salientou.

O Governo Regional tem o papel de disciplinar e estender a pescaria ao longo do ano, mas também promover a justiça na distribuição do rendimento e garantir uma pesca de qualidade. E, infelizmente, temos um Governo Regional que não faz nada disto”, apontou o deputado do PS, Gualberto Rita.

Ponta Delgada, 10 de maio de 2024